

MENSAGEM Nº 222

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2023.

Brasília, 6 de Abril de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália e, cumulativamente, junto às Ilhas Salomão, ao Estado Independente da Papua Nova Guiné, à República de Vanuatu, à República de Fiji e à República de Nauru, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **MAURÍCIO CARVALHO LYRIO**, foi removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela portaria nº 264, de 8 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 30, de 10 de fevereiro de 2023, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 285/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 18/05/2023, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4254349** e o código CRC **3D4ED2C7** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003389/2023-30

SUPER nº 4254349

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA

CPF.: 151.054.821-15

ID.: 7123 MRE

1957 Filho de João Tarcísio Cartaxo Arruda e Sílvia Maria de Mattos Arruda, nasce em 20 de setembro, em Fortaleza/CE

Dados Acadêmicos:

1979 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF
1980 CPCD - IRBr
1987 CAD - IRBr
2004 Curso de Altos Estudos, CAE-IRBr. Tese: "O Senado Federal e as Relações Exteriores"

Cargos:

1981 Terceiro-secretário
1985 Segundo-secretário
1991 Primeiro-secretário, por merecimento
1997 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de segunda classe, por merecimento
2010 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1981-85 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
1985-88 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
1988-91 Missão junto à OEA, Washington, Segundo-Secretário
1991-92 Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares
1992 Presidência da República, Secretaria de Imprensa, Adjunto
1992-93 Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo
1993-95 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário
1995 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assessor
1996 Secretaria-Geral, assessor
1997-01 Senado Federal, Presidência do Senado, Chefe do Cerimonial da Presidência
2001-04 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
2004-09 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto e Chefe do Secom
2009-10 Câmara dos Deputados, Assessor Técnico da Presidência
2011-14 Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República
2014-16 Representante Permanente juntos aos Organismos Internacionais sediados em Londres
2016-18 Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República
2018- Embaixada em Londres, Embaixador

Condecorações

1997 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Comendador
2011 Ordem do Mérito Militar, Exército Brasileiro, Grande-Oficial
2011 Ordem do Mérito Naval, Marinha do Brasil, Grande-Oficial
2011 Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil

2011	Ordem do Mérito da Defesa, Ministério da Defesa, Grande-Oficial
2012	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2013	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2020	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

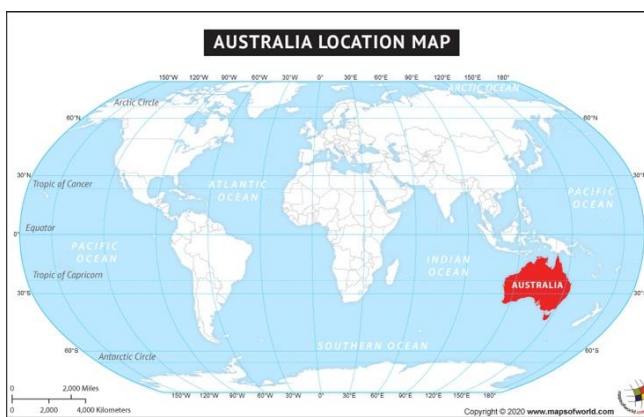
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)

Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

AUSTRÁLIA



OSTENSIVO
Março de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>)
ADJETIVO GENTÍLICO	Australiano
CAPITAL	Camberra
DATA NACIONAL	26/01
ÁREA	7 682 300 km ²
POPULAÇÃO (JUNHO/2022)	25 978 935 (<i>Australian Bureau of Statistics – ABS</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (<i>House of Representatives</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral, Sir David Hurley (<i>desde julho de 2019</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Anthony Albanese (<i>desde maio de 2022</i>)
CHANCELER	Penny Wong (<i>desde maio de 2022</i>)
PIB nominal (2021)	US\$ 1,54 trilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 1,44 trilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB nominal per capita (2021)	US\$ 59 934 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2021)	US\$ 55 807 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,5% (2021); 0% (2020); 2,1% (2019) (<i>Banco Mundial</i>); crescimento ininterrupto por 28 anos até 2020
IDH (2021)	0,951 (5º) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	84,5 anos (<i>ONU</i>)
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO (2021)	12,7 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (NOV/2022)	3,4% (<i>Australian Bureau of Statistics/ABS</i>)
INFLAÇÃO (SET/2022)	7,3% (2022); 3,5% (2021); 0,9% (2020); 1,8% (2019) (<i>ABS</i>)
DÍVIDA EXTERNA (DEZ/2021)	US\$ 1,205 trilhões (<i>ABS</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano (US\$ 1,00 = AUD 1,50 em 27/03/2023)
EMBAIXADOR EM CAMBERRA	Mauricio Carvalho Lyrio (<i>desde 14/09/2021</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sophie Davies (<i>desde fev/22</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	52 910 brasileiros residentes na Austrália em 2020
CUMULATIVIDADES	Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné, e Vanuatu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: Comex Stat*

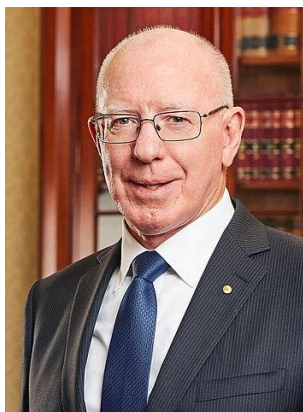
Brasil ↔ Austrália	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	2762	1791	1613	1511	1453	1248	1827	1598	1407	1041	1716,1	3400,4
Exportações	803	504	450	420	400	419	464	473	456	467	560,6	732,8
Importações	1958	1287	1163	1091	1052	829	1363	1125	951	574	1155,5	2667,6

Saldo	-351	-783	-713	-671	-712	-410	-652	-652	-495	-107	-594,9	-1934,8
-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------	---------

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Hurley

Governador-Geral da Austrália, representando o Rei Charles III



Nascido em Wollongong, Nova Gales do Sul, em 26/08/1953, o general reformado David Hurley foi nomeado governador-geral em 1º de julho de 2019. Hurley ingressou no Exército australiano em 1972, após graduar-se em Estudos de Defesa no *Royal Military College*, em Duntroon. Em 2011, assumiu o cargo de chefe da Força de Defesa da Austrália. Foi reformado em 2014, após 42 anos na ativa. Entre 2014 e 2019, foi governador de Nova Gales do Sul.

Sua experiência como oficial do Exército incluiu o comando do Primeiro Batalhão australiano nas operações de paz na Somália (1993). Também comandou a Primeira Brigada de Darwin (1999-2000), quando teve papel importante nas operações de paz lideradas pela Austrália no Timor-Leste.

Anthony Albanese

Primeiro-Ministro da Austrália



Nascido em 02/03/1963 em Sydney. Formou-se em economia pela Universidade de Sydney. Albanese é divorciado e tem um filho. Antes de ingressar no Parlamento, trabalhou como analista do Partido Trabalhista, do qual é membro desde 1979.

Tomou posse como primeiro-ministro em 23/05/2022. Na gestão anterior do Partido Trabalhista (2007-2013), Albanese foi líder na Câmara e ministro de Desenvolvimento Regional e Governo Local e de Infraestrutura e Transportes. Eleito para a Câmara dos Representantes em 1996 pelo estado de Nova Gales do Sul, desde 1998 ocupou funções de destaque, seja na oposição (como ministro *shadow* ou líder da oposição), seja no governo.

Penny Wong

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália



Penelope Ying-Yen “Penny” Wong, nascida em 05/10/1968, na Malásia, é filha de mãe australiana e pai malaio. Graduada em Direito pela Universidade de Adelaide, trabalhou como advogada e assessora política, até ser eleita senadora pela Austrália do Sul em 2002. Atuou como líder do Partido Trabalhista no Senado, tanto no governo (2013) quanto na oposição (2013-2022). Foi ministra para a Mudança do Clima de 2007 a 2010, no governo Rudd, e ministra das Finanças de 2010 a 2013, nos governos Gillard e Rudd.

Wong residiu por cerca de um ano no Brasil, em 1986, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, como parte de um programa australiano de intercâmbio cultural e voluntariado.

APRESENTAÇÃO

Democracia liberal, multiétnica, potência regional na Ásia-Pacífico, a Austrália busca equilibrar sua influência geoestratégica, mantendo estreitos vínculos com os Estados Unidos e demais aliados, em cenário de crescente presença regional da China, atualmente seu principal parceiro comercial. A Austrália tem buscado, com o pragmatismo possível, conciliar seus interesses político-securitários e econômico-comerciais.

Em 2012, as relações bilaterais foram elevadas à condição de parceria estratégica. Em 2020, Brasil e Austrália completaram 75 anos de relações diplomáticas. Há potencial para estreitar os laços entre os dois países, particularmente em contexto de retomada econômica pós-pandemia. Brasil e Austrália são atores importantes na produção e exportação de minérios, particularmente minério de ferro, e a cooperação já existente pode ser ampliada. O setor agrícola tem grande potencial também, especialmente no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores australianos.

Aspecto relevante da agenda bilateral, o contingente de estudantes brasileiros no país é expressivo. O Memorando sobre Vistos de Férias e Trabalho, assinado em 31/03/2022, permitirá ampliar ainda mais o intercâmbio humano. A Austrália é o terceiro país com o maior número de universidades entre as 100 melhor classificadas no mundo e há um entendimento promissor entre instituições acadêmicas de ambos os países. A cooperação em ciência e tecnologia representa importante fronteira das relações bilaterais, haja vista a existência de sinergias potenciais em agricultura, biotecnologia e gestão de recursos naturais, por exemplo.

A Austrália é, por fim, importante parceiro do Brasil na esfera multilateral. Compartilha o interesse de dar seguimento à tradicional cooperação em foros internacionais, particularmente G20 e OMC. Os australianos têm-se engajado em retomar a proatividade do Grupo de Cairns, de modo a defender os interesses dos países agroexportadores.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945, comemorando-se, em 2020, 75 anos de relacionamento bilateral. A representação diplomática australiana, a primeira na América Latina, foi instalada no Rio de Janeiro em 1946 e, no mesmo ano, criou-se a Legação brasileira em Camberra.

Brasil e Austrália exercem papel central em suas respectivas regiões e no âmbito global estão entre as treze maiores economias; entre os seis maiores países em extensão territorial; além de serem grandes produtores e exportadores de alimentos e de minerais; entre outros.

Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo bilateral de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação para o intercâmbio de ideias sobre temas de comum interesse. O MCP tem proporcionado a revitalização da agenda entre os dois maiores países do Hemisfério Sul, elevando-a a um novo patamar.

Em 2001, foi criado o *Council on Australia-Latin America Relations* (COALAR), no âmbito da Chancelaria australiana (*Department of Foreign Affairs and Trade/DFAT*), formalizado durante a visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexandre Downer. O COALAR foi ação do governo liberal de John Howard, que buscou desenvolver as relações com os países latino-americanos e com o Brasil, em particular.

Em setembro de 2010, à margem da 65ª AGNU, os então ministros das relações exteriores Celso Amorim e Kevin Rudd firmaram o Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil-Austrália, a partir do qual foi adotado o Plano de Ação Brasil-Austrália, que prevê - além da manutenção do mecanismo de consultas entre os dois países - a intensificação da cooperação em todas as áreas prioritárias do relacionamento Brasil-Austrália: comércio e investimentos; ciência e tecnologia; agricultura e temas sanitários e fitossanitários; cooperação para o desenvolvimento; mineração e energia, inclusive biocombustíveis; esportes; educação e treinamento; serviços financeiros; vistos; cultura; cooperação jurídica; segurança regional; meio ambiente; e tópicos multilaterais.

Como sequência aos esforços para implementar o Plano de Ação, foram assinados, durante a visita do então chanceler Kevin Rudd ao Brasil (Foz do Iguaçu, dezembro de 2010), o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Terceiros Países e o Memorando sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte, que sedimentou o apoio de Camberra aos megaeventos esportivos realizados no Brasil (Olimpíadas Rio 2016 e Copa 2014).

Outro marco importante foi a criação, em 2012, da Parceria Estratégica, constituída a partir de Comunicado Conjunto entre o Brasil e a Austrália (Rio de Janeiro, 21/6/12), por ocasião de encontro entre a presidente Dilma Rousseff e a primeira-ministra Julia Gillard durante a Rio+20. A Parceria Estratégica tem, como principal objetivo, intensificar os contatos de alto nível (principalmente de chefes de Estado e de ministros) entre as duas nações. O documento também retoma o Plano de Ação Brasil-Austrália.

1. Comércio e investimentos:

1.1. Análise do comércio bilateral

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 3,4 bilhões em 2022, com US\$ 732,8 milhões de exportações (aumento de 30,7% em relação a 2021 e maior valor desde 2011) e US\$ 2,667 bilhões de importações (aumento de 131% em relação a 2021 e maior valor já alcançado). A Austrália se manteve como 54º principal destino das exportações brasileiras em 2022 (participação de 0,2% do total das exportações), além de ser o 22º maior fornecedor de produtos ao Brasil (participação de 1% do total das importações). Embora o Brasil seja o destino de mais da metade das exportações australianas para a América Latina, os números do comércio bilateral têm potencial para se multiplicar, tendo em vista que os dois países estão entre as 13 maiores economias do mundo.

A Austrália singulariza-se em relação a outros países desenvolvidos na esfera comercial já que as exportações brasileiras se constituem, em boa medida, de bens industrializados.

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2022 foram: (i) café não torrado (16%); (ii) niveladores (13%); (iii) pasta química de madeira (7,3%); (iv) carregadoras e pás carregadoras (7%); (v) gelatinas e seus derivados (3,6%); (vi) suco de laranja (2,7%).

Já as importações brasileiras normalmente se concentram em produtos básicos, especialmente carvão mineral e derivados, que, em 2022, responderam por 84% do total, seguidos por alumínio (3,7%), adubos e fertilizantes (2,3%), malte não torrado (1,1%) e instrumentos e aparelhos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários (0,9%).

1.2. Análise dos investimentos

Segundo dados do *Australian Bureau of Statistics* (ABS), o estoque de investimento australiano no Brasil somou AU\$ 9,6 bilhões em 2021 (cerca de US\$ 7 bilhões), apresentando-se como o 26º país da lista de maiores receptores de capital australiano.

De acordo com o Departamento de Negócios Estrangeiros da Austrália (DFAT, na sigla em inglês), operam no Brasil mais de 75 empresas de capital australiano, sendo as maiores delas: BHP Billiton, Macquarie, Goodman, Seek, Carsales, Cotton On, Billabong, NuFarm, Karoon Energy (opera na bacia de Santos), Ansell, Amcor, Pacific Hydro, Rio Tinto e Westfield. Informações da Embaixada do Brasil em Camberra, de setembro de 2019, elevam esse número para 90 empresas.

A Austrália tem tido participação efetiva no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) desde sua criação em 2016. A presença de investidores australianos se concentrou nas áreas de óleo e gás (14ª Rodada de Licitações de Bloco Exploratórios de Petróleo e Gás – Karoon) e mineração (complexo polimetálico de Palmeirópolis – Perth – contrato assinado em fevereiro de 2020), totalizando investimentos estimados em R\$ 261 milhões, o que posiciona a Austrália, em 2022, na posição de 19º investidor nos projetos do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI), de um total de 23 países.

Segundo dados do ABS relativos a 2021, o Brasil possui estoque de AU\$ 4,9 bilhões em investimentos na Austrália (cerca de US\$ 3,5 bilhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, registram-se as da JBS, Minerva, VALE, WEG, Natura e Marcopolo. Em 2012, a Marcopolo adquiriu 75% da Volgren, a maior produtora de ônibus australiana. Em abril de 2017, a Marcopolo anunciou a aquisição dos 25% restantes da Volgren, o que significou importante passo para a expansão da Marcopolo na Ásia-Pacífico. A VALE, presente desde 2002 na Austrália, com escritório central em Brisbane, realiza atividades de estudo e desenvolvimento mineral e opera na produção de carvão térmico e metalúrgico, além de níquel e potássio, atuando em Queensland e Nova Gales do Sul. Menciona-se também a presença da empresa Visagio em Perth, que presta consultoria em gestão e tecnologia para companhias de mineração. A compra do *Primo Group* pela JBS em 2014, por US\$ 1,25 bilhão, consolidou a presença da empresa brasileira no segmento de carnes australiano.

Os anúncios mais recentes de investimentos brasileiros na Austrália foram da JBS (aqüicultura e carne suína), entre junho e agosto de 2021, e da Minerva (frigoríficos de ovinos), em outubro de 2022.

Naquele mesmo mês, a Minerva Foods (sucursal Ásia, baseada em Brisbane) e a Salic Agricultural and Livestock Investment Company (SALIC), subsidiária do Public Investment Fund (PIF), anunciaram a aquisição de 100% das ações da Australian Lamb Company (ALC) por cerca de US\$ 250 milhões. A aquisição foi feita pela *joint venture* criada em 2021 pelo fundo saudita e pela empresa brasileira na Austrália e ainda precisa ser aprovada pelas autoridades regulatórias locais. Esta é a segunda operação feita conjuntamente pela SALIC e pela Minerva na Austrália. A primeira foi a compra conjunta de dois processadores de carne de ovelha.

1.3. Infraestrutura

O Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, assinado em abril de 2010 e em vigor desde setembro de 2018, cria condições que poderão ensejar a implementação de linha aérea direta entre o Brasil e a Austrália.

2. Cooperação bilateral

Brasil e Austrália têm características em comum que favorecem a cooperação bilateral e ajudam a impulsionar essa agenda. Ambos são países continentais, megadiversos e que detêm conhecimentos tradicionais advindos da herança de seus povos originários. Contam, também, com especialização em algumas áreas em comum em decorrência de características similares de suas respectivas economias e da disponibilidade de recursos naturais. É o caso, por exemplo, da pesquisa em agricultura, mineração, gestão de recursos hídricos e energias renováveis.

Brasil e Austrália encontram alternativa promissora também no intercâmbio dedicado a áreas tais como CT&I, defesa e segurança, saúde, educação, espaço exterior, pesquisa antártica, energia nuclear, entre outros.

3. Temas consulares:

A rede consular está coberta pela embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, e conta também com o apoio de consulados honorários em todos os demais estados australianos.

De acordo com o *Department of Education, Skills and Employment* (DESE), em dezembro de 2022 havia 19.057 nacionais brasileiros com vistos de estudante, incluindo ensino superior, escolar e cursos de línguas.

De acordo com o censo australiano de 2021, a comunidade brasileira no país cresceu consideravelmente de 27 631 em 2016, para os atuais 46 720. A tendência é de aumento ainda maior, com a retomada do fluxo de estudantes e a entrada em vigor do Memorando de Entendimento de vistos de férias e trabalho. É a seguinte a distribuição de brasileiros em 2021:

Unidade administrativa	Número de brasileiros
Nova Gales do Sul	20 411
Queensland	12 544
Victoria	5874
Austrália Ocidental	4607
Austrália do Sul	2025
Território da Capital da Austrália	602
Tasmânia	442
Território do Norte	218

O censo de 2021 revelou aumento de 55% no número de falantes lusófonos na Austrália. Em 2016, havia 43 436 falantes de língua portuguesa, número que se elevou a 67.327 em 2021. Os principais falantes do idioma na Austrália são os brasileiros (46.720), portugueses (17.050) e timorenses (9.761). Atualmente, mais de 5,5 milhões de pessoas falam outro idioma no país, cuja população totaliza aproximadamente 25,5 milhões.

4. Temas multilaterais:

A história das relações Brasil-Austrália foi marcada por convergências nos foros internacionais multilaterais, instâncias em que historicamente ambos os países têm participação ativa.

A Austrália apoia não apenas a reforma do Conselho de Segurança, mas também a proposta do G4 e o pleito brasileiro por eventual assento permanente. Também apoiou a aproximação do Brasil junto à OCDE. Ademais, os dois países têm histórico de troca de votos em candidaturas a organismos multilaterais.

Na seara comercial, especificamente, há coordenação para buscar posições conjuntas sobre a reforma da OMC, especialmente no que concerne ao Órgão de Solução de Controvérsias. Ambos integram o Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa, além de copatrocinarem propostas e iniciativas dentro da organização. No G20, Brasil e Austrália também mantêm posições convergentes.

5. Encontros de alto nível:

Durante a Cúpula do G-20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o então primeiro-ministro Scott Morrison encontrou-se com o então presidente Michel Temer, ocasião em que ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante as Olimpíadas de 2016, o então governador-geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil e retornou ao país em setembro para a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da ex-primeira-ministra Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica durante encontro com a então presidente Dilma Rousseff. Pelo lado brasileiro, a participação da ex-presidente na Cúpula do G20 em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita de mandatário brasileiro à Austrália. As duas já se haviam se encontrado também à margem da cúpula do G20 em novembro de 2011, em Cannes.

Anteriormente, o presidente Lula manteve encontros com o ex-primeiro-ministro Kevin Rudd em diversas ocasiões: i) à margem da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global (Washington, novembro de 2008), no qual foram discutidas medidas adotadas pelos dois Governos para o combate à crise financeira internacional; ii) à margem da Cúpula do G8+G5 (L'Aquila, julho/2009), com foco na discussão da proposta francesa de ampliação do G8, mediante a incorporação dos membros do G5+Egito (G14); e iii) à margem da 15ª Conferência das Partes (COP15) da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima - UNFCCC (Copenhague, dezembro/2009).

6. Empréstimos e financiamentos oficiais:

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano da Austrália.

POLÍTICA EXTERNA

O foco da Austrália em seu contexto geopolítico imediato explica, por um lado, a prioridade conferida à defesa e à segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos e com o Reino Unido, e por outro, a aproximação gradual, em suas mais diversas dimensões, com os países da Ásia-Pacífico.

A Nova Zelândia é natural aliado da Austrália em sua herança comum anglo-saxã e geografia imediata. O fluxo migratório em ambos os sentidos (estima-se em 500 mil o número de cidadãos com passaporte neozelandês na Austrália), as relações em comércio e defesa e a competição no campo esportivo são fatores que favorecem o sentimento de proximidade e a construção da ideia de uma identidade regional compartilhada. Em nível governamental, as relações com a Nova Zelândia são fluidas, com inúmeros mecanismos de consulta e concertação entre os dois governos.

O Pacífico Sul é considerado fundamental para a Austrália. Por meio da política do *Pacific Step Up*, lançada em 2016, a Austrália empreendeu esforço de intensificação de sua presença no Pacífico Sul. Na esfera econômica, o governo australiano criou, em 2018, banco de desenvolvimento com fundos de US\$ 1,5 bilhão, para financiar projetos de infraestrutura nos países do Pacífico e no Timor-Leste. Na área diplomática, a Austrália

expandiu sua presença na região com o estabelecimento de novas representações em Palau, Ilhas Marshall, Polinésia Francesa, Niue e Ilhas Cook. No campo da defesa, as forças armadas australianas estabeleceram Equipe de Treinamento Móvel do Pacífico, sediada no país, para prover capacitação dos países insulares.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2019, a Austrália completou 28 anos consecutivos de crescimento econômico, destacando-se como uma das economias mais bem gerenciadas no mundo. A economia do país vinha, no entanto, sofrendo com a desaceleração da economia chinesa, levando à queda do poder de compra da moeda australiana, ao aumento do desemprego e à redução dos negócios no setor de varejo. Com a pandemia de COVID-19, a Austrália entrou em recessão em 2020 (retração de -2,4%), com recuperação de +3,5% em 2021 e previsão de crescimento de 4,1% para 2022 (fonte: FMI).

Ainda segundo o FMI, políticas de estímulo macroeconômico sem precedentes e a gestão bem sucedida dos casos de COVID-19 em 2020 ajudaram a economia australiana a se recuperar da recessão induzida pela pandemia.

O PIB australiano possui a seguinte segmentação por setores econômicos: serviços (80,8%), mineração (11,1%), indústria (6,1%) e agricultura (2%).

A Austrália é um dos maiores produtores e exportadores de produtos minerais, atividade que tem grande peso na composição de seu PIB, responsável, no ano fiscal 2019-2020, por cerca de 11,1% do total da riqueza produzida no país e cerca de 60% das exportações australianas. O país é o maior produtor mundial de bauxita, minério de ferro, lítio, titânio e urânio e possui reservas abundantes de carvão, ferro, cobre, ouro, gás natural. É também um dos maiores produtores e exportadores de diversos produtos agropecuários, tais como carnes, trigo, cevada e lã. O segmento de manufaturas inclui empresas de processamento de gêneros alimentícios, além de empresas de alta tecnologia, resultado de investimentos na área de pesquisa e inovação.

O *Australian Bureau of Statistics* (ABS) divulgou, em dezembro de 2022, dados da balança comercial australiana relativos ao ano fiscal 2021-2022. A China permanece como principal parceiro, tanto em exportações quanto em importações, acumulando corrente bilateral de comércio de AU\$ 284,7 bilhões.

O valor total das exportações aumentou em 29%, naquele ano fiscal, graças à alta no preço das commodities. Os principais parceiros comerciais australianos, pelo lado das exportações, foram: China, Japão, República da Coreia, Índia e Estados Unidos. Os principais produtos exportados foram minério de ferro e seus concentrados, carvão, gás natural, ouro e serviços de viagem relacionados à educação.

O valor total das importações aumentou em 25%, no período, com altas em bens e serviços. Os principais parceiros foram China, Estados Unidos, Singapura, Alemanha e República da Coreia. Os principais produtos importados pela Austrália foram petróleo refinado, automóveis, fretes, equipamentos e peças para telecomunicações, e veículos comerciais.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado Federal, composto pelos estados da Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul, Território do Norte e Tasmânia. O país é uma monarquia constitucional com sistema parlamentar de governo. O chefe de estado é o rei Charles III, representado pelo governador-geral Sir David Hurley. O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder do governo com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados. O sistema legal australiano é consuetudinário (*common law system*), baseado no modelo inglês. A Corte Suprema (*High Court of Australia*) é composta por 7 juízes, incluindo o chefe da Corte (*Chief Justice*).

O parlamento federal é bicameral. O Senado (*Senate*) é formado por 76 membros: 12 de cada um dos 6 estados e 2 de cada um dos 2 territórios. Os senadores são eleitos por votação proporcional para mandatos de 6 anos, com renovação a cada 3 anos de metade dos assentos dos estados e da totalidade dos assentos dos territórios. A Câmara dos Deputados (*House of Representatives*) é composta por 150 deputados, eleitos diretamente nos respectivos distritos eleitorais (um para cada deputado) por votação majoritária, para mandatos de 3 anos.

Há dois grupos políticos principais que formam o governo, em nível federal e estadual: o Partido Trabalhista (*Australian Labor Party – ALP*) e a "Coalizão", formada pelo Partido Liberal (*Liberal Party of Australia*) e pelo Partido Nacional (*The Nationals*). Também estão representados no parlamento partidos menores e deputados independentes.

A eleição de Albanese em maio de 2022

O Partido Trabalhista venceu as eleições nacionais de 21/05/2022, e o líder da agremiação, Anthony Albanese, assumiu em 23/05/2022 como primeiro-ministro da Austrália.

Os trabalhistas venceram as eleições com ampla maioria, em campanha na qual se focaram em temas de políticas de proteção ambiental, promoção dos direitos das mulheres e dos aborígenes e criação de comissão contra a corrupção, entre outros temas.

ACORDOS BILATERAIS (até março/2023)

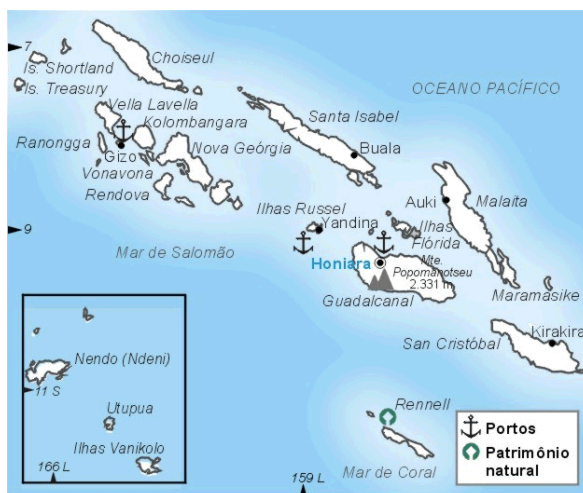
Acordo	Celebração	Tramitação	Assuntos
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Vistos de Trabalho e Férias	31/03/2022	Em Vigor	Vistos e Imigração
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	07/09/2017	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	15/11/2014	Tramitação Ministérios/Casa Civil	Direito Penal
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva

em Eventos Esportivos de Grande Porte			
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália.	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada	22/09/2010	Em Vigor	Declaração Conjunta
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	21/04/2010	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Matéria Sanitária	02/04/1998	Em Vigor	Sanidade Animal e Vegetal - Entendimento
Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Extradicação
Acordo, por Troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Dependentes - Atividades Remuneradas - Relações Diplomáticas e Consulares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	27/08/1990	Substituído	Consultas Diplomáticas - Entendimento
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	23/02/1978	Em Vigor	Comércio
Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Austrália	16/07/1969	Suspenso	Vistos e Imigração
Comunicado Conjunto Brasil – Austrália	06/07/1965	Em Vigor	Declaração Conjunta
Entendimento Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	24/10/1950	Denunciado	Comércio
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	19/07/1939	Substituído	Comércio
Tratado entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os Estados Unidos do Brasil para a criação de uma Comissão de Paz (Aplicável à Austrália)	04/04/1919	Em Vigor	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
Convenção de Arbitramento entre a República dos Estados Unidos Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda (Aplicável à Austrália)	18/06/1909	Em Vigor	Arbitragem e Conciliação
Acordo entre a o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império do Brasil para Entrega de Desertores de Navios Mercantes (Aplicável à Austrália)	30/07/1888	Em Vigor	Desertores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS SALOMÃO



OSTENSIVO
Março de 2023

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	Salomônico
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	7/7 – Data da Independência
ÁREA	28 900 km ² (mais de 922 ilhas)
POPULAÇÃO (2021)	703 995 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador General Sir David Vunagi.
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Manasseh Sogavare (<i>desde abril de 2019</i>).
CHANCELER	Jeremiah Manele
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 1,65 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 1,87 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021)	US\$ 2 337 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021)	US\$ 2 626,1 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	-0,2 (2021); -4,3% (2020); 1,2% (2019); 3,9% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,564 (155º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	70,3 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019)	76,6% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	1 % (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão (1 SBD =US\$0,82 em 09/02/23)
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Mauricio Carvalho Lyrio (<i>desde 14/09/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: (Comexstat)*

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	234,3	49,9	107,7	324,5	110	86	174	45,8	109,5	129,4	165,6
Exportações	234,3	49,5	107,7	324,5	110	86	174	45,3	108	128,7	137,7
Importações	0	0,4	0	0	0	0	0	0,5	1,5	0,7	27,9
Saldo	234	49,1	108	325	110	86	174	44,8	106,5	128	109,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sir David Vunagi

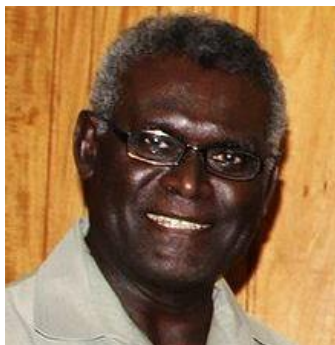
Governador-Geral



Nascido em 05/07/1950, é bispo anglicano aposentado. Diplomou-se em Educação em Ciência pela Universidade do Pacífico Sul, em 1976 e tornou-se mestre em Educação em Biologia pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1982. Antes de se tornar sacerdote, foi professor. Aposentou-se da Igreja em 2015 e, em 2019, foi único candidato a governador da ilha.

Manasseh Damukana Sogavare

Primeiro-Ministro



Nascido em 17 de janeiro de 1955, em Popondetta, Papua Nova Guiné, filho de missionários salomônicos. Exerceu o cargo de chefe de governo em três ocasiões (2000-2001, 2006-2007 e 2014-2017). Entre os outros cargos que exerceu, estão os de ministro das Finanças (1994-1996) e vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças e do Tesouro (1997-1998). Membro do Parlamento desde 1997, foi vice-líder e líder da oposição (1998-2000). Em 24/04/2019, Manasseh Sogavare foi eleito para um quarto mandato como primeiro-ministro.

Jeremiah Manele

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior



Nascido em 1968, Manele foi secretário permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros até 2007. Foi eleito membro do parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/04/2019.

APRESENTAÇÃO

As Ilhas Salomão, arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, têm cerca de 700 mil habitantes. O país é uma monarquia parlamentarista e membro da *Commonwealth*. Seu chefe de estado é o monarca britânico, representado por um Governador-Geral, e a chefia de governo é exercida por primeiro-ministro.

As Ilhas Salomão foram protetorado inglês desde 1890 e se emanciparam politicamente em 1978. O parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O primeiro-ministro é eleito por maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de troca de notas.

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em maio de 2011, durante a visita do embaixador brasileiro em Camberra a Honiara, na qualidade de Emissário Especial da então Presidente da República, autoridades locais demonstraram interesse em cooperação do Brasil em matéria de futebol, café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol.

Em junho de 2012, o então primeiro-ministro Gordon Darcy Lilo realizou visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o PM não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em março de 2017, o embaixador Manuel Innocencio apresentou suas credenciais em Honiara. Foi recebido pelo então Governador-Geral interino das Ilhas Salomão, Jasper Nasiu. Em discurso, o embaixador saudou as relações diplomáticas entre o Brasil e as Ilhas Salomão e destacou a visão comum quanto ao combate ao aquecimento global. Recordou a participação das Ilhas Salomão, em nível de Chefe de Governo, nas duas Cúpulas da Terra realizadas no Rio de Janeiro, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris sobre mudança do clima. Mencionou também o potencial de cooperação bilateral em biocombustíveis, nas culturas de café e cacau e no intercâmbio de profissionais do futebol.

Na ocasião, o Governador-Geral interino referiu-se ao Brasil como uma das grandes economias do mundo, ressaltando os "vibrantes setores industrial e agrícola" do país. Nasiu recordou o perfil rural da população salomônica, dependente de agricultura, pesca e extrativismo. Salientou também o entusiasmo do povo salomônico pelo futebol, destacando o exitoso trabalho de técnico brasileiro à frente da seleção nacional de futebol de salão. Nesse contexto, mencionou que o país teria interesse em eventual assistência brasileira nos setores agrícola e esportivo.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Brasil transmitiu proposta de Acordo de Cooperação Técnica para as Ilhas Salomão em dezembro de 2005, mas não houve reação.

Em setembro de 2017, as Ilhas Salomão encaminharam nota à embaixada em Camberra solicitando indicação de técnico brasileiro para desenvolver o futebol no país.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em 2010, na sequência do *tsunami* que atingiu as Ilhas Salomão, em 04/01/2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao país, por meio de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para o projeto *Recovery Assistance for Earthquake and Tsunami in the Solomon Islands*.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre o Brasil e as Ilhas Salomão é limitado e basicamente constituído de exportações brasileiras. Entre janeiro e dezembro de 2020, as trocas comerciais somaram US\$ 109,5 mil, com saldo positivo de US\$ 106,5 mil para o Brasil. Em 2021, o Brasil exportou US\$ 128,7 mil ao país insular. Em 2022, o intercâmbio comercial foi de US\$ 165,6 mil. Os principais produtos exportados pelo país às Ilhas Salomão são *wafers*, ferramentas, artigos de confeitaria, pias e lavatórios de aço.

Em janeiro de 2023, o MAPA encaminhou proposta de Certificado Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado salomônico de produtos termoprocessados de aves, suínos e bovinos.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são país-membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, dentre as quais o Fórum das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e o *Melanesian Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia. As Ilhas Salomão são ainda membros da *Association of Small Island States* (AOSIS), o que pauta sua participação nas negociações sobre mudanças do clima no âmbito das Nações Unidas. Como LDC (*Least Developed Country*) e SIDS (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar no país.

Intervenções na Assembleia Geral das Nações Unidas

Na 77ª AGNU, o primeiro-ministro Sogavare avaliou que as Ilhas Salomão têm sido injustamente criticadas e "difamadas na imprensa", desde o estabelecimento formal das relações diplomáticas com a China. Destacou que o direito de estabelecimento de relações diplomáticas entre nações soberanas é um princípio universal. Enfatizou que as Ilhas Salomão adotam posição de "amigos de todos e inimigos de ninguém", e que o

país não irá se alinhar com qualquer potência estrangeira ou participar de qualquer arquitetura de segurança que ameace a paz na região.

Sogavare conclamou os países a evitarem tensões na região de Taiwan, defendeu o máximo de contenção na guerra da Ucrânia e instou todas as partes a buscarem solução diplomática para o conflito. Reiterou, ainda, apelo à eliminação total de material nuclear, armas e equipamentos militares movidos a energia nuclear no Pacífico. Destacou o esforço dos países insulares do Pacífico na luta contra a mudança do clima, frisando que fenômenos como temperaturas extremas, ondas de calor, inundações e o aumento do nível do mar aumentaram ainda mais a vulnerabilidade da região.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 1,55 bilhão e queda de 4,3% em 2020, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 175ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 58,1% do PIB, seguido do setor de agricultura, com 34,3% e do setor industrial, com 7,6%.

A economia das Ilhas Salomão está baseada no setor de serviços, que emprega grande parte da força de trabalho e contribui para cerca de metade do PIB do país. Outras atividades importantes são a agricultura, a pesca e a silvicultura. Os principais produtos de exportação são óleo de palma, copra (polpa seca de coco) e cacau. As ilhas são ricas em recursos minerais ainda não explorados, como chumbo, zinco, níquel e ouro.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso das Ilhas Salomão, 9,8% das receitas governamentais em 2016 (última informação disponível) eram provenientes dessas licenças.

POLÍTICA INTERNA

Entre 1998 e 2003, as Ilhas Salomão passaram por um período de instabilidade, em que eclodiram conflitos civis motivados por antigas rivalidades étnicas na principal ilha do arquipélago, Guadalcanal. A delicada situação levou o governo a requisitar ajuda externa para manter a ordem civil no país.

Em 2014, Manasseh Sogavare foi eleito primeiro-ministro das Ilhas Salomão.

Em novembro de 2017, na sequência da queda do primeiro-ministro Sogavare, derrotado em votação de confiança realizada no parlamento salomônico, Ricky Nelson Hounipwela (Rick Hou), do partido Aliança Democrática (*Democratic Alliance Party*), foi eleito primeiro-ministro do país.

Em 24 de abril de 2019, o parlamento das Ilhas Salomão escolheu reconduzir Manasseh Sogavare para o cargo de primeiro-ministro. A eleição, que foi seguida por alguns distúrbios populares, foi contestada pela coalizão oposicionista, o Grupo da Grande Coalizão (*Grand Coalition Group*).

Com a eleição de Sogavare, a natureza das relações de seu governo com a China passou a ter destaque. As Ilhas Salomão mantinham relações diplomáticas com Taiwan desde 1983, mas se criou a expectativa de que o novo governo poderia reavaliar esses laços, especialmente diante do fortalecimento da presença política e econômica de Pequim no Pacífico Sul. O rompimento de Honiara com Taipé terminou por se concretizar em 16 de setembro de 2019, acompanhado do estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim.

A imprensa noticiou a assinatura, em abril de 2022, de acordo de cooperação em segurança entre as Ilhas Salomão e a China. Ante manifestações de receio de países ocidentais, o primeiro-ministro Manasseh Sogavare afirmou que seu governo não aceitará a instalação de base militar estrangeira nas Ilhas Salomão.

Protestos de novembro de 2021

Violentas manifestações contra o governo do PM Sogavare, entre 24 e 26/11/2021, deixaram saldo de 3 mortos e vários estabelecimentos comerciais de propriedade de cidadãos chineses saqueados e incendiados.

O principal motivo das manifestações populares seria a oposição ao estabelecimento de relações diplomáticas com a China e a consequente ruptura com Taiwan, anunciada pelo governo Sogavare em setembro de 2019.

Apesar do fim dos protestos em 26/11/2021, a situação nas Ilhas Salomão permaneceu instável. A disputa em torno do estabelecimento das relações diplomáticas com Pequim, que serviu de estopim para as manifestações, reavivou a rivalidade histórica entre Guadalcanal e Malaita, as duas principais ilhas do país. As tensões étnicas entre os habitantes das duas ilhas foi o principal elemento do conflito civil (1998 a 2003), controlado pela intervenção da Missão Regional de Assistência às Ilhas Salomão, liderada pela Austrália (2003 a 2017). No atual contexto, grupos políticos em Malaita têm defendido a separação da província das Ilhas Salomão.

Em dezembro de 2021, o primeiro-ministro Sogavare derrotou moção de desconfiança apresentada pela oposição no Parlamento nacional, com 32 votos contrários, 15 a favor e duas abstenções.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PAPUA NOVA GUINÉ



OSTENSIVO
Março de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	Papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462 840 km ²
POPULAÇÃO (2021)	9 119 005 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Bob Dadae (<i>governador-geral desde fevereiro de 2017</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro James Marape (<i>desde maio de 2019</i>)
CHANCELER	Justin Tkatchenko (<i>desde agosto de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 26,59 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 40,54 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021)	US\$ 2 916 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021)	US\$ 4 445 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,5 (2021); -3,5 (2020); 4,5% (2019); -0,3% (2018); 3,5% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,558 (156º lugar entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	65,4 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019)	61,6% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	2,8% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Kina (US\$ 1,00 = PGK 3,52 em 27/03/2023)
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Maurício Carvalho Lyrio (<i>desde 14/09/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC/Economia (Comextat)*

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	6.040	7.016	3.492	3.335	2.854	3.074	3.040	3.500	4.600	3.057	3.070
Exportações	6.040	7.016	3.460	3.335	2.839	3.067	2.754	3.300	4.500	2.985	2.971
Importações	---	---	31	793	14	6	286	200	100	72	99
Saldo	6,040	7.016	3.429	3.334	2.824	3.061	2.468	3.100	4.400	2.913	2.872

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando o rei Charles III



Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio pela Universidade de Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma em MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional de Papua Nova Guiné em 2002, pelo Partido Unido (*United Party*), tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Em 2011, filiou-se ao *People's National Congress*, pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de governador-geral de Papua Nova Guiné. Em janeiro de 2023, foi reeleito ao cargo pelo parlamento.

James Marape

Primeiro-ministro



Nasceu em 24 de abril de 1971. Obteve bacharelado em artes pela Universidade de Papua Nova Guiné em 1993 e título de pós-graduação em ciências ambientais pela mesma instituição em 2000. Marape tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, como candidato do *People's Progress Party* no distrito de Tari-Pori, na província de Hela.

Como candidato da Aliança Nacional, venceu a disputa pela vaga de Tari-Pori em 2007. Em fevereiro de 2012, filiou-se ao *People's National Congress*, partido do então primeiro-ministro Peter O'Neill, e foi reeleito pelo distrito de Tari-Pori em 2012 e em 2017.

Marape foi secretário parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008) e ministro da Educação (2008-2011) durante o governo de Michael Somare. Foi nomeado ministro das Finanças (2017-2019) no gabinete de Peter O'Neill. Em 11 de abril de 2019, renunciou à chefia da pasta das Finanças. Em 29 de abril, tornou líder do Partido Pangu. Após a renúncia de O'Neill, foi eleito primeiro-ministro de Papua Nova Guiné pelo parlamento em 30 de maio de 2019.

Justin Tkatchenko
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Atuou na área de horticultura e botânica e foi apresentador de TV. Exerce o terceiro mandato no Parlamento. Foi ministro dos Esportes e Jogos do Pacífico e ministro do Território e do Planejamento Físico. Assumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros em agosto de 2022.

APRESENTAÇÃO

O Estado Independente de Papua Nova Guiné é um arquipélago situado no Pacífico Sul, ao norte da Austrália, e tem população de aproximadamente 7 milhões. A principal ilha é dividida com a província indonésia de Papua Ocidental. Trata-se de monarquia parlamentarista. Uma vez que o país é membro da *Commonwealth*, o chefe de Estado é o monarca britânico.

O território da atual Papua Nova Guiné foi administrado por alemães (no nordeste, de 1884 a 1914), britânicos (no sul, de 1884 a 1945), japoneses (no norte, de 1941 a 1945) e australianos (de 1945 a 1975). Tornou-se independente da Austrália em 1975.

O governador-geral é eleito diretamente por membros do Parlamento Nacional para mandato de cinco anos e exerce principalmente funções protocolares.

O Parlamento Nacional é unicameral e constituído por 111 membros, eleitos por sufrágio universal para mandato de 5 anos. O primeiro-ministro, indicado pelo Parlamento, é aceito ou rejeitado pelo governador-geral. O gabinete ministerial, por sua vez, é indicado pelo governador-geral com base na recomendação do primeiro-ministro.

No cargo, desde 2019, o PM James Marape ganhou novo mandato de cinco anos, após as eleições nacionais em realizadas em julho de 2022. Marape foi reeleito em sessão realizada no dia 04/07, com o voto de 97 dos 105 parlamentares até então eleitos, inclusive da oposição.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e a Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes ao país.

Em junho de 2012, a delegação de Papua Nova Guiné à conferência Rio+20 foi chefiada pelo vice-ministro de florestas e mudanças climáticas, Ronald Asik.

O então Embaixador do Brasil na Austrália, Sérgio Moreira Lima, apresentou credenciais em Port Moresby entre 1 e 5 de março de 2020. O Governador-Geral, Sir Bob Dadae, manifestou interesse em temas ambientais e expectativa de assinatura de acordo de cooperação com o Brasil, proposto pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Mencionou o fato de que Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) possuem a primeira e a terceira maiores florestas tropicais, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável. Recordou a importância da exploração florestal na economia do país e o papel da agricultura não só nas exportações, mas também na subsistência da população.

O primeiro-ministro James Marape demonstrou expectativa positiva na relação com o Brasil e em maior atuação de empresas brasileiras em seu país. Considerou que o fato de PNG ser um dos países de maior biodiversidade global abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, produção de medicamentos e vacinas. Mencionou que visitara o avião da Embraer E-195 em junho de 2020, o maior jato comercial produzido no Brasil, quando este fez voo de demonstração no aeroporto Internacional de Jackson (Austrália).

COOPERAÇÃO TÉCNICA

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral entre Brasil e Papua Nova Guiné é ainda pouco expressivo e é composto quase exclusivamente de exportações brasileiras, tendo alcançado US\$ 7 milhões em 2013. Até 2017, o intercâmbio comercial entre Brasil e Papua Nova Guiné praticamente se resumia ao fluxo de exportações brasileiras à ilha. Em 2018, houve aumento das importações brasileiras, que, no entanto, continuam muito abaixo das exportações.

As exportações brasileiras em 2020 foram compostas de geradores elétricos (25%), ferramentas (24%), máquinas agrícolas (10%), talheres (6%), equipamentos domésticos (5%), papel e cartões (3%). Em relação às importações, a baunilha não triturada nem em pó simbolizou mais de 99% do valor.

Em 2021, o intercâmbio alcançou US\$ 3 milhões, praticamente limitado a exportações brasileiras, sobretudo de bens industriais, com destaque para ferramentas, facas, niveladoras, carregadoras e artigos de uso doméstico.

Em 2022, o comércio bilateral novamente somou US\$ 3 milhões, com destaque para os envios brasileiros de cartuchos de munições, machados, artigos de uso doméstico e facas.

Agricultura

A Adidância Agrícola na Embaixada do Brasil em Camberra manifestou interesse na abertura do mercado de produtos cárneos de Papua Nova Guiné. Em novembro de 2022, a autoridade sanitária de PNG deu início à avaliação de risco de importação de carnes bovina e de frango do Brasil.

Jatos da Embraer

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais em PNG e outros países do Pacífico, haja vista o potencial das linhas de voos regionais para as aeronaves de porte médio fabricadas pela empresa. A companhia aérea estatal Air Niugini, encontra-se em processo de seleção do modelo de aeronave que substituirá parte de sua frota. O E-195-E2 da Embraer é um dos candidatos.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Papua Nova Guiné.

ACORDOS BILATERAIS

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. O Brasil aguarda detalhamento do interesse daquele país em temas como energias renováveis (hidroelétrica, em particular), saúde, educação e manejo florestal.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo de Papua Nova Guiné está voltada, primordialmente, à região da Ásia-Pacífico. O país é membro das Nações Unidas, da OMC, da *Commonwealth* e da APEC, além de ser observador da ASEAN. Por ser o maior estado insular na região, exerce protagonismo no Fórum das Ilhas do Pacífico. É, igualmente, membro central do bloco sub-regional *Melanesian Spearhead Group* (MSG).

Em função dos laços históricos e proximidade geográfica, Papua Nova Guiné e Austrália possuem constantes e densas relações. Além de ser o principal parceiro comercial, a Austrália é a maior fornecedora de ajuda externa ao país. Ademais, há diversos programas de cooperação entre ambos, especialmente nas áreas de desenvolvimento e defesa.

A partir da intensificação das relações com a China, nos últimos anos, o governo de PNG tem recebido substanciais ajuda e investimento de Pequim.

ECONOMIA

O principal setor econômico de Papua Nova Guiné é a exploração (e exportação) de recursos naturais, principalmente cobre, ouro e petróleo. A agricultura de subsistência desempenha papel significativo (em 2021, 87% da população vivia em áreas rurais).

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso de Papua Nova Guiné, 4,9% das receitas governamentais em 2016 (última informação disponível) eram provenientes dessas licenças.

A economia de PNG cresceu a uma média de 5,2% ao ano entre 2010 e 2018, embora a queda dos preços das commodities, em particular de petróleo e gás, tenha influenciado negativamente o desempenho econômico do país.

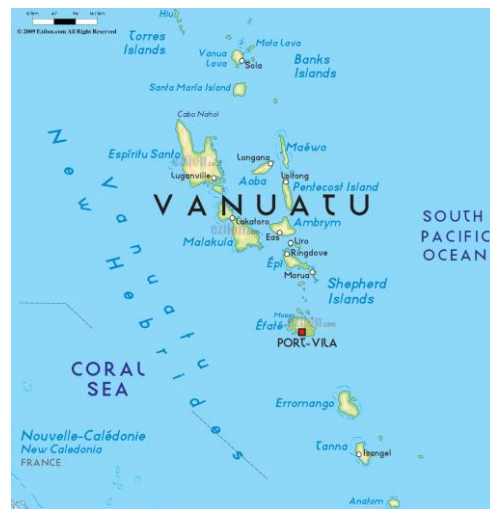
O nível de vulnerabilidade social mantém-se em patamar elevado, com 40% da população abaixo da linha de pobreza.

Predominam nas vendas externas da PNG combustíveis e produtos de baixo valor agregado. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2019 foram combustíveis (36%), ouro (23,3%), cobre (6,79%), petróleo cru (5,48%) e madeira (5,78%). Naquele ano, a pauta de importações foi composta principalmente por bens com alto valor agregado e combustíveis. Os principais grupos de produtos importados pelo país foram petróleo refinado (11,4%), máquinas de escavação (3,63%), petróleo bruto (3,03%), preparos comestíveis (2,51%) e caminhões (2,4%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

VANUATU



OSTENSIVO
Março de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE VANUATU	
NOME OFICIAL	República de Vanuatu
ADJETIVO GENTÍLICO	Vanuatense
CAPITAL	Port Vila
DATA NACIONAL	30/07, Dia da Independência
ÁREA	12 189 km²
POPULAÇÃO (2020)	301 695 (<i>Vanuatu National Stats. Office</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Bislama, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (27,9%), anglicanos (15,1%), católicos (12,4%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nikenike Vurobaravu (<i>desde julho de 2022</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ishmael Kalsakau (<i>desde novembro de 2022</i>)
CHANCELER	Jotham Napat (<i>desde novembro de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 730,9 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 976,5 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021)	US\$ 3127 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021)	US\$ 3105 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2021)	-0,5% (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2019)	0,597 (141º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)	70,3 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019)	84,7% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019)	5,4% (<i>ONU</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Vatu: US\$ 1,00 = VUV 119,21 (em 37/03/23)
EMBAIXADOR EM PORT VILA (cumulativa com Camberra)	Maurício Carvalho Lyrio (<i>desde 14/09/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

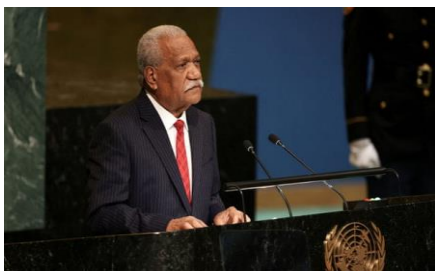
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comex Stat

BRASIL - VANUATU	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	165	156,8	36,9	223,8	74,6	176,4	560,2	1.298	193,6	1.403,2	526
Exportações	165	146	36,6	221	74,4	176,2	560	1.168	193	1.402,6	500
Importações	0	10,8	0,3	2,8	0,2	0,2	0,2	129,7	0,6	0,6	26
Saldo	165	135,2	36,3	218,2	74,2	176	559,8	1.038	192,4	1.402	474

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nikenike Vurobaravu

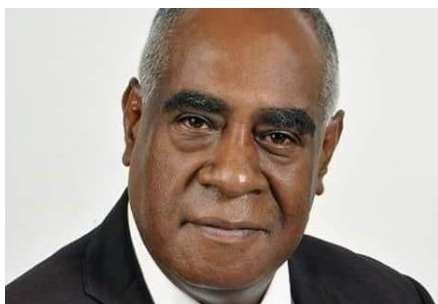
Presidente de Vanuatu



Nascido em 1964, tem sido participante frequente da arena política e do serviço público locais. Antes da presente função, atuava como alto-comissário em Fiji. Eleito 12º presidente de Vanuatu em julho de 2022.

Alatoi Ishmael Kalsakau

Primeiro-Ministro de Vanuatu



Alatoi Ishmael Kalsakau é advogado e político veterano, que atuou como procurador-geral e depois líder da oposição por vários anos. É filho de George Kalsakau, o primeiro a exercer o cargo de primeiro-ministro de Vanuatu, que governou de 1977 a 1978, durante o período de autonomia que levou à independência do país em 1980. Kalsakau foi ministro do Interior e, desde 2020, desempenhava a função de vice-primeiro-ministro. Foi eleito primeiro-ministro como candidato único.

APRESENTAÇÃO

A República de Vanuatu é um arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália. Tem cerca de 300 mil habitantes e é uma república parlamentarista.

Conhecida no passado como Novas Hébridas, Vanuatu foi administrada conjuntamente por Reino Unido e França, a partir do fim do século XIX. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980.

O Presidente da República tem mandato de 5 anos e é eleito por um colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e os seis governos provinciais. Vanuatu tem Parlamento unicameral, com 52 membros eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto.

As eleições gerais em Vanuatu foram marcadas para 13 de outubro de 2022, após o primeiro-ministro Bob Loughman (*My Land Party*) solicitar a dissolução do parlamento, tendo em vista a iminência de voto de não confiança. O Parlamento da República de Vanuatu elegeu, em 4 de novembro, o deputado Ishmael Kalsakau para o cargo de primeiro-ministro. Vice-primeiro-ministro durante o governo Bob Loughman, Kalsakau foi eleito sem oposição, com o voto de 50 dos 52 deputados.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra. No primeiro semestre de 2005, o embaixador Frederico César de Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil a Vanuatu (que também incluiu Ilhas Salomão, Nauru e Papua Nova Guiné).

Vanuatu copatrocinou o projeto de resolução do G4 sobre reforma do Conselho de Segurança, mas não se manifestou publicamente sobre a candidatura brasileira a assento permanente no CSNU.

Em 2013, foi realizada missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Fiji e a Vanuatu, com objetivo analisar possíveis projetos de cooperação técnica nas áreas de pesca artesanal marítima, preservação e exploração sustentável de floresta e agropecuária.

Em junho de 2012, o primeiro-ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o primeiro-ministro não manteve encontros com autoridades brasileiras.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Realizou-se, no período de 27 a 30 de agosto de 2013, missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência. Na ocasião, em 29/08/2013, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o país, e identificaram-se as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura.

Durante a missão, foram elaboradas as seguintes atividades, que envolveram o envio de técnicos de Vanuatu para cursos de capacitação no Brasil: "Treinamento em Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar"; "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta"; e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias". Todas as atividades previstas foram realizadas.

Em 28/10/2021, o embaixador Mauricio Lyrio reuniu-se com o alto comissário de Vanuatu em Camberra, ocasião em que este reiterou o interesse de Vanuatu na

realização de atividades de cooperação com o Brasil nas áreas de agricultura e pesca, as duas principais atividades do país. Levantou, além disso, a possibilidade de cooperação na área de saúde, especificamente no combate a doenças crônicas não transmissíveis por meio de alimentação mais saudável. Salientou a preocupação em Vanuatu com o consumo de comidas altamente industrializadas de alto teor calórico e a ocorrência em larga de escala de diabetes. Revelou interesse na experiência brasileira no cultivo de mandioca.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Vanuatu cresceu na década de 2010 em relação à anterior (quando, à exceção de 2008, que alcançou o valor de US\$ 380 mil, o intercâmbio não chegava a US\$ 100 mil), mas é limitado. E constitui-se apenas de exportações brasileiras, à exceção de 2019, quando o país comprou de Vanuatu US\$ 130 mil em “artefatos com a superfície exterior de folhas de plástico ou matérias têxteis”.

Em 2021 atingiu-se o pico do intercâmbio bilateral – US\$ 1,4 milhão –, composto basicamente de exportações brasileiras de petróleo (US\$ 1,3 milhão). Em 2020 e 2019, o Brasil exportou US\$ 193 mil e US\$ 1,3 milhão, respectivamente. As exportações compuseram-se quase totalmente de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos.

Em 2022, o comércio bilateral atingiu US\$ 526 mil, composto quase exclusivamente por exportações brasileiras, principalmente de petróleo, margarina e machados.

Abertura de mercado

A Embaixada do Brasil em Camberra encaminhou às autoridades vanuatenses, em agosto de 2022, proposta do MAPA de Certificado Sanitário Internacional para comércio de carne de frango.

Jatos da Embraer

A Embraer enviou a Vanuatu, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações. Durante as demonstrações, a revista especializada *Australian Aviation* dedicou ampla matéria à presença na Ásia Pacífico da maior e mais moderna aeronave comercial da Embraer, com destaque à sua visita à região, inclusive Vanuatu. A revista ressaltou, entre outras informações, que a companhia recebeu a certificação da ANAC, da Agência de Segurança de Aviação da União Europeia e da Administração Federal de Aviação dos EUA.

ASSUNTOS CONSULARES

Em 2022, estima-se em 10 pessoas o número de brasileiros em Vanuatu.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Vanuatu.

ACORDOS BILATERAIS

Brasil e Vanuatu celebraram Acordo de Cooperação Técnica em 2013, e o tratado entrou em vigor em março de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

Vanuatu passou a fazer parte da *Commonwealth* e do Fórum das Ilhas do Pacífico após a independência em 1980. Vanuatu também é membro da Comunidade da Francofonia, da ONU e de várias de suas agências especializadas, do Movimento dos Países Não Alinhados, do FMI, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP (África, Caribe e Pacífico), o que rende ao país relacionamento especial com a União Europeia. Vanuatu também tem buscado aproximar-se mais efetivamente da OMC, junto à qual abriu missão em 2018. Vanuatu é entusiasta do *Melanesian Spearhead Group* (cujo Secretariado se localiza em Port Vila), que objetiva o estabelecimento de uma área de livre comércio entre seus membros.

Membros das Forças Armadas de Vanuatu já serviram em Missões de Paz da ONU no Timor Leste, Haiti, Sudão e Bósnia; no Grupo de Monitoramento em Bougainville (Papua Nova Guiné); e na Missão Regional de Assistência às Ilhas Salomão.

Em 2022, por ocasião da abertura da 77ª AGNU, o presidente de Vanuatu, Nikenike Vurobaravu, avaliou que a comunidade internacional enfrenta desafios crescentes, como a lenta recuperação da pandemia, o aumento de preços causado pelo conflito na Ucrânia e, em particular, a crise ambiental. Salientou que nenhum país está imune aos eventos ambientais extremos, que estão devastando ilhas e cidades, e que a mudança do clima não está mais sendo medida em "graus Celsius ou toneladas de carbono, mas em vidas humanas".

Vurobaravu salientou que "é hora de agir" e defendeu a solicitação de parecer consultivo à Corte Internacional de Justiça (CIJ), relativo às obrigações dos estados de proteger os direitos das gerações presentes e futuras frente aos impactos adversos da mudança do clima. Argumentou que parecer da CIJ contribuirá para estimular novas ações contra a mudança do clima e para fortalecer o Acordo de Paris.

O presidente de Vanuatu mencionou que os programas de mobilidade laboral mantidos pela Austrália e pela Nova Zelândia contribuíram para o país enfrentar os impactos econômicos da pandemia, notadamente no setor de turismo, e agradeceu o apoio internacional no fornecimento de vacinas.

Vurobaravu sublinhou a importância da Estratégia do Continente do Pacífico Azul para 2050, notadamente na garantia de um futuro próspero e saudável para as populações da região. Condenou "as injustificadas e contínuas reivindicações coloniais" sobre o tradicional território marítimo do país e ressaltou que, nesse contexto, o principal desafio político e de segurança para Vanuatu permanece a "reivindicação ilegal" sobre as ilhas Matthew e Hunter, reclamadas pela França como parte da Nova Caledônia.

Parecer consultivo à CIJ

Desde 2019, quando a ideia foi concebida por estudantes da Universidade do Pacífico Sul, Vanuatu tem indicado intenção de solicitar, por meio de resolução da AGNU, parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre mudanças climáticas. Desde então, o governo vem formando equipe de advogados internacionalistas para levar o pedido à Corte. Até o fim de 2022, no entanto, ainda não apresentara projeto de resolução ou mesmo a pergunta que pretende submeter à Corte.

O projeto de resolução conteria pedido de opinião consultiva à Corte Internacional de Justiça referente às obrigações dos Estados de protegerem direitos de gerações presentes e futuras dos impactos adversos da mudança do clima. O pedido seria realizado em conformidade com o artigo 96 (1) da Carta da ONU.

Ao enfatizar na 77ª AGNU que Vanuatu não economizaria esforços na busca de soluções para a crise climática, o presidente Vurobaravu pediu apoio de todos os Estados membros à iniciativa do país de apresentar o projeto de resolução em tela (*ICJ climate change resolution*) nesta sessão da Assembleia Geral.

Em dezembro de 2022, a missão de Vanuatu em Nova York, juntamente com outros países, circulou projeto de resolução sobre o tema.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 934,5 milhões e crescimento de 2,9% em 2019, Vanuatu posicionou-se como a 178ª economia do mundo. Em 2020, houve redução do PIB de 6,8%, para US\$ 881,5 milhões, em razão dos efeitos da pandemia sobre o turismo.

O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu, em 2019, por 63,9% do PIB, seguido da agricultura com 27% e da indústria com 9,1%. O saldo da balança comercial foi deficitário em US\$ 76 milhões.

Em 2020, o país exportou US\$ 157 milhões em mercadorias e serviços (US\$ 47 milhões em mercadorias) – queda de 17% em relação a 2019 – e importou US\$ 387 milhões em bens e serviços (dos quais US\$ 305 milhões em bens). Os principais compradores de produtos de Vanuatu foram, nesse ano, Fiji, Austrália, China, Nova Caledônia e EUA. Um terço de suas exportações seguiram para o Japão, país seguido por Tailândia, Mauritânia, Coreia do Sul e China. As importações provieram principalmente de Singapura, Austrália, China, Nova Zelândia e Fiji.

Entre as exportações do país, destacam-se produtos vegetais (60% do total – sobretudo kava e copra) e peixes e frutos do mar. Entre as compras, refinados de petróleo (15% do total) e produtos industrializados.

A maioria da população de Vanuatu vive em áreas rurais e, por isso, grande parte das exportações do país vem de produtos de plantio, como cacau, kava e coco.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	29/03/2018

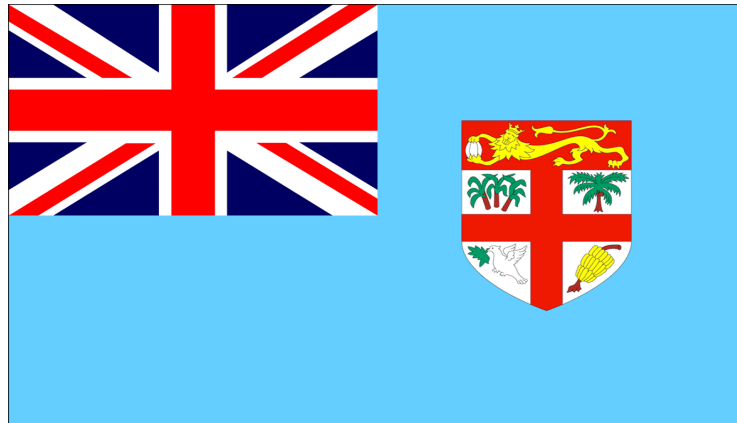
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)

Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS FIJI



OSTENSIVO
Março de 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18 274 km² (332 ilhas)
POPULAÇÃO (2021)	902 899 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), hinduísmo (27,9%), catolicismo (9,1%), islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Wiliame Katonivere (<i>desde novembro de 2021</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 4,59 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 10,889 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021)	US\$ 5.086,00 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021)	US\$ 12.059,80 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	-4,1% (2021); -15,2% (2020); -0,4% (2019); 3,8% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,73 (99º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	67,2 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89,1 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	5,2% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano (US\$ 1,00 = FJD 2,22 em 27/03/2023)
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	Mauricio Carvalho Lyrio (<i>desde 14/09/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há (<i>a Embaixada de Fiji em Brasília foi fechada em maio de 2019; a cumulatividade é hoje exercida pela Representação fijiana em Washington</i>)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comextat.mdic.gov.br*

BRASIL⇒ FIJI	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	616	1.021	1.079	1.038	1.163	1.251	2.008	1.139	743,8	1.002	1.908
Exportações	585	1.012	979	1.032	1.071	1.187	1.395	1.050	691,3	999	1.821
Importações	31	9	100,5	6,3	92,5	63,9	73,2	89	52,5	3	87
Saldo	554	1.003	878	1.026	978	1.123	1.321	961	638,8	996	1.734

PERFIS BIOGRÁFICOS

Wiliame Katonivere

Presidente



Wiliame Katonivere nasceu em 20 de abril de 1964, em Suva. Foi eleito pelo Parlamento de Fiji como presidente do país em 23/10/2021 e tomou posse em 11/11/2021.

No tradicional sistema de Fiji, Katonivere é o líder (*Ratu*) da província de Macuata na ilha de Vanua Levu, uma das duas maiores do país. Katonivere foi presidente do Partido *FijiFirst*, além de CEO do grupo empresarial *Pine Group* e membro do conselho de empresas como a *Fiji Airports* e a *Fiji Sugar Corporation*. É atuante defensor do meio ambiente, tendo participado de iniciativas de proteção do *Great Sea Reef* de Fiji (*Cakaulevu Reef*), terceira maior barreira de corais do mundo.

Sitiveni Rabuka

Primeiro-Ministro

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



Sitiveni Ligamamada Rabuka nasceu em 13 de setembro de 1948, em Vanua Levu, Fiji. Formou-se no *Indian Defense Services Staff College* e obteve o título de mestre em ciências pela Universidade de Madras em 1979. Comandou batalhões de infantaria em tarefas de manutenção da paz no Líbano e no Deserto do Sinai, no Egito. Foi premiado com a Legião de Honra francesa por bravura ao salvar um oficial francês durante ataque à sede da ONU no Líbano em 1980. Rabuka também representou o país na união do rúgbi e, nos Jogos da *Commonwealth*, no atletismo. Foi primeiro-ministro de 1992 a 1999 e, em dezembro de 2022 reconfirmado como primeiro-ministro.

APRESENTAÇÃO

Quando de sua independência, em 1970, as Ilhas Fiji – até então protetorado britânico desde 1874 – adotaram o modelo inglês de democracia constitucional como forma de governo. Fiji tem um parlamento bicameral formado por um Senado nomeado, uma Câmara dos Deputados eleita e um Gabinete presidido pelo primeiro-ministro. Há também um Conselho de Chefes Tribais (*Bose Levu Vakaturaga*), que se reúne ao menos uma vez ao ano para discutir questões de interesse da população. O Conselho tem a atribuição de nomear o presidente de Fiji.

A legislação de Fiji prevê que os candidatos para a presidência do país sejam indicados pelo chefe de governo e pelo líder da oposição. O mandato do presidente é de três anos, com possibilidade de uma reeleição. O presidente é o chefe de estado de Fiji e exerce funções de representação.

No final de dezembro de 2022, o Parlamento fijiano confirmou a eleição do líder da oposição, Sitiveni Rabuka, como primeiro-ministro por 28 votos contra 27, encerrando ciclo de 16 anos do ex-primeiro-ministro Frank Bainimarama no poder.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República das Ilhas Fiji em 16 de fevereiro de 2006. No primeiro semestre de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil ao país.

Em julho de 2008, o governo de Fiji anunciou a decisão de abrir embaixada residente em Brasília. Em outubro de 2008, o então ministro interino das Indústrias Primárias, Joketani Cokanasiga, fez a primeira visita de autoridade fijiana ao Brasil.

O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o então primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji. O embaixador Cama Tuiloma entregou suas cartas credenciais à presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2012.

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral (Acordo de Cooperação Técnica).

Em junho de 2014, o então presidente de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras: os então ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim; secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Sr. Jarbas Barbosa; e comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Juniti Saito. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento político (em vigor).

Em agosto de 2016, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe Bainimarama visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Fiji ganhou sua primeira medalha olímpica da história no Rio, ouro na modalidade *rugby sevens* masculino.

A Embaixada de Fiji foi fechada em 2019.

Em visita de cortesia ao alto comissário de Fiji em Camberra, Luke Daunivalu, em outubro de 2021, o embaixador Mauricio Lyrio destacou o interesse brasileiro em fortalecer as relações bilaterais e concluir os diversos instrumentos atualmente em negociação. Salientou, também, a importância das atividades de cooperação técnica já realizadas entre o Brasil e Fiji.

Em março de 2022, o Embaixador Mauricio Lyrio realizou entrega de credenciais ao presidente Williame Katonivere e manteve encontros com autoridades de alto nível do país. O presidente Katonivere e o então PM Bainimarama expressaram interesse em cooperação na área de etanol.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Há interesse fijiano em cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca. As autoridades fijianas consideram o Brasil parceiro importante na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender o mercado interno e exportador.

Foram desenvolvidas, em 2014, atividades de cooperação em mandioca e frutas tropicais, com vistas à segurança alimentar, e também em aquicultura, por meio de capacitação em cultivo de tilápias.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em abril de 2012, após apelo do governo de Fiji em razão dos danos provocados pela depressão Tropical TD17F, o Brasil realizou doação de US\$ 50 mil, por intermédio da ACNUR, em favor dos deslocados internos naquele país.

O ciclone tropical Yasa atingiu, em 17/12/2020, a segunda maior ilha de Fiji, Vanua Levu, causando ao menos quatro mortes, extensos danos materiais e deixando dezenas de milhares de desabrigados. Por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) transferiu ao Escritório do PMA em Fiji o valor de US\$ 75 000 com vistas a atender emergencialmente as vítimas do ciclone, a título de doação em caráter de assistência humanitária.

A contribuição brasileira foi utilizada para a aquisição de armazéns móveis, telefones por satélite e terminais portáteis de comunicação. A assistência também contribuiu para aumentar a resiliência do país na eventualidade de novos desastres naturais.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral entre Fiji e o Brasil é modesto. Em 2022, o Brasil exportou US\$ 1,82 milhão, com destaque para vendas de calçados de borracha e extratos, serras de corrente, essências e concentrados de café, *bulldozers*, *waffles* e *wafers*. As importações foram de apenas US\$ 86 mil, com grande concentração em materiais de escritório e papelaria (96%). Em 2021, o comércio somou US\$ 1 milhão (exportações de US\$ 999 mil e importações US\$ 3 mil, com saldo para o Brasil de US\$ 996 mil). Nesse período, os principais produtos exportados pelo Brasil a Fiji foram serras de corrente, *waffles* e *wafers*, calçados de borracha e extratos, essências e concentrados de café.

Em visita a Fiji em março de 2022, o Embaixador Mauricio Lyrio reuniu-se com autoridades do ministério da Agricultura local, a quem reiterou pedido brasileiro de aprovação de certificado sanitário internacional (CSI) para exportação de carnes.

TEMAS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há brasileiros trabalhando no setor de turismo e no setor primário. Em 22/07/2022, a Embaixada em Camberra estimou haver 5 nacionais em Fiji.

Em 2016, Fiji indicou cônsules honorários em São Paulo e no Rio de Janeiro. O governo brasileiro concedeu anuência à designação de Elizeu Machado de Lima como

cônsul honorário em São Paulo e de Dorival Correia Bruni como cônsul honorário no Rio de Janeiro. Em maio de 2018, Ruy Flaks Schneider sucedeu Dorival Bruni como cônsul honorário no Rio de Janeiro. Em dezembro de 2018, foi instaurada repartição consular honorária brasileira em Suva, sob a gestão do empresário Mohamed Nouzab Fareed, CEO de uma das maiores *holdings* do país, a “Fijian Holdings Ltd”.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Fiji.

ACORDOS BILATERAIS

Encontram-se em vigor acordos bilaterais de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e de isenção de vistos de curta duração. Em 2014 foi firmado também memorando de entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas. Encontra-se em tramitação legislativa, na Câmara dos Deputados, o acordo básico de cooperação técnica, firmado em 2013.

Há ainda os seguintes instrumentos, atualmente em negociação: a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (proposto em maio de 2022); b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022); c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); e d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

POLÍTICA EXTERNA

É expressivo o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. O país tem-se destacado como ativista da causa ambiental, sobressaindo-se entre seus pares no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico (principal mecanismo regional) no campo da governança, liderança diplomática e qualidade acadêmica.

Com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico. Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico. O país tem contribuído em Missões de Paz da ONU, e um número significativo de ex-militares serviu no Iraque após a invasão americana de 2003.

Fiji faz parte da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que reúne 43 países com desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

Em seu pronunciamento na 77ª AGNU (2022), o então PM Bainimarama condenou “três grandes conflitos globais”: a guerra de agressão da Rússia contra à Ucrânia, “flagelo que reflete uma mentalidade brutal de conquista”; a guerra do clima, que a humanidade está travando contra si mesma, seus ecossistemas e oceanos; e “a guerra fria da indiferença”, dos bancos multilaterais de desenvolvimento contra os pequenos países que sofrem consequências dos choques globais, desde o aumento dos preços das *commodities* até a crise ambiental e a pandemia.

ECONOMIA

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (com destaque para o setor açucareiro); ii) pesca; iii) produtos florestais; e iv) turismo. A economia local passou por anos de crescimento ininterrupto entre 2009 e 2018. Fiji pode ser

considerado um *hub* do Pacífico, com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.

Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, mas teve uma forte contração econômica em 2020, decorrente da pandemia do Covid-19 (retração de 15% do PIB).

A balança comercial fijiana é significativamente deficitária. Os mais recentes dados disponíveis no sítio eletrônico do *Fiji Bureau of Statistics*, relativos a 2020, indicam US\$ 841 milhões em exportações e US\$ 1,76 bilhão em importações. Destacam-se as compras de produtos minerais (i.e. petróleo e derivados), cerca de 20% do total, e vegetais, produtos de origem animal, alimentos e bebidas e químicos, representando cerca de 10% do total cada um.

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	Tramitação na Câmara dos Deputados
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017

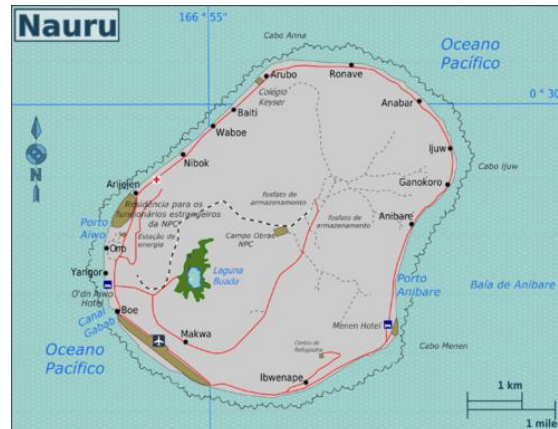
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)

Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

NAURU



OSTENSIVO
Março de 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	21 km²
POPULAÇÃO (2021)	10 873 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Russ Joseph Kun (<i>desde setembro de 2022</i>)
CHANCELER	Presidente Russ Joseph Kun (<i>desde setembro de 2022, cargo acumulado</i>)
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 133,2 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 164,2 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021)	US\$ 12 252,3 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021)	US\$ 15 102,7 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,5% (2021); 1,1% (2020); 0% (2019); 6% (2018); -5,7% (2017). (<i>Banco Mundial</i>)
IDH	Não há medida de IDH pelo PNUD
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	63,6 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2011)	26% (para Nauruano) (<i>Nauru Bureau of Statistics – Youth Monograph</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2013)	1% (<i>Nauru Bureau of Statistics</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano: US\$ 1,00 = AUD 1,51 (em 27/03/2023)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Mauricio Carvalho Lyrio (<i>desde 14/09/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC

BRASIL⇒ NAURU	2011	2012	2013	2014	2016	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	7	4	0,2	0,7	7	56,1	37,7	11,6	317	49,7
Exportações	0	0	0	0	4	56,1	37,7	9,7	317	25,9
Importações	7	4	0,2	0,7	3	0	0	1,9	0	23,8
Saldo	-7	-4	-0,2	-0,7	1	56,1	37,7	7,8	317	2,1

PERFIL BIOGRÁFICO

Russ Joseph Kun
Presidente de Nauru



Nascido em 08/09/1975, no distrito de Uaboe. Frequentou a *Geelong Grammar School*, na Austrália e se formou em tecnologia da informação pelo *Box Hill College*. Antes de ingressar no Parlamento, trabalhou para o Ministério do Comércio, Indústria e Meio Ambiente. Kun foi membro da Comissão Nacional de Nauru para a UNESCO (2008-2010 e 2012-2013). Foi eleito pela primeira vez para o Parlamento de Nauru em 2013, como um dos quatro membros do círculo eleitoral de Ubenide, e reeleito em 2016, 2019 e 2022. No governo anterior, exerceu o cargo de vice-ministro das Finanças, entre outros. Na primeira sessão do Parlamento após as eleições gerais de 2022, foi o único candidato a presidente. Além de primeiro-ministro, chefia as pastas de Negócios Estrangeiros, Assuntos Internos e Mudança do Clima, entre outras.

APRESENTAÇÃO

A República de Nauru é uma ilha situada no Pacífico Sul, próxima à linha do Equador e a nordeste de Papua Nova Guiné. Tem cerca de 10 mil habitantes, é um dos menores países do mundo, com território de 21 quilômetros quadrados.

Nauru tornou-se protetorado alemão em 1888. Em 1914, durante a Primeira Guerra Mundial, foi tomada por tropas australianas e esteve sob a tutela conjunta de Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia (1914-1942 e 1947-1968). Entre 1942 e 1945, Nauru foi ocupada pelo Japão. Tornou-se independente em 1968.

Com o declínio das reservas minerais de fosfato, Nauru não só perdeu sua principal fonte de renda como herdou grave crise ambiental.

O presidente da República é sempre um parlamentar, eleito pelo próprio parlamento, e acumula as funções de Chefe de Estado e de Governo. O gabinete de ministros é composto por cinco parlamentares escolhidos pelo presidente. O Parlamento nauruano é unicameral e formado por 18 membros, eleitos por voto popular. Os mandatos, tanto do presidente quanto dos parlamentares, são de três anos.

Em 24 de setembro de 2022, o congresso de Nauru elegeu o deputado Russ Joseph Kun para o cargo de presidente do país. Kun foi eleito sem oposição, para mandato de 3 anos, e salientou que Nauru irá trabalhar mais estreitamente com seus parceiros internacionais, tais como Austrália, Taiwan, Nova Zelândia, Reino Unido, União Europeia, Índia e Estados Unidos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Nauru mantêm relações diplomáticas desde 2005. No primeiro semestre de 2005, o embaixador Frederico Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil a Nauru.

O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova York, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Nauru. O acordo visa a aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países, dar ênfase ao desenvolvimento sustentável e desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico. Até novembro de 2022, aguardava-se ratificação do acordo por Nauru.

O governo de Nauru manifestou interesse em identificar atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico. Em março de 2023, a alta comissária de Nauru em Camberra manifestou interesse de seu país em receber cooperação na área de recuperação de terras.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em resposta à oferta brasileira de doação de vacinas, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Alto Comissariado de Nauru em Camberra solicitou, em 21/01/2022, o envio de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertussis (DTP), e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR). A doação chegou ao

aeroporto da capital em 23/09/2022, mas teve que ser destruída por não ter sido mantida refrigerada no destino.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru é mínimo. O ano que registrou maior intercâmbio foi 2021, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 317 mil, principalmente pela venda de Poli (tereftalato de etileno). Em 2022, o comércio bilateral perfaz US\$ 49,7 mil, com saldo brasileiro de US\$ 2,1 mil.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas do número de brasileiros em Nauru.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Nauru.

ACORDOS BILATERAIS

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da *Commonwealth* e das Nações Unidas, onde demonstra interesse em temas relacionados a meio ambiente. Tem participação em várias organizações regionais, como o Fórum do Pacífico Sul, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP, sigla em inglês).

Nauru mantém relações diplomáticas intensas com a Austrália, parceira fundamental no comércio, na construção de infraestrutura, na melhoria dos serviços e nos programas de desenvolvimento e investimento.

Em abril de 2016, Nauru tornou-se o 189º membro do Fundo Monetário Internacional.

Em setembro de 2022, o pronunciamento do então presidente do país, Lionel Aingimea, na 77ª AGNU, foi lido pela encarregada de negócios da missão do país em Nova York, Josie-Ann Dongobir. A representante de Nauru destacou que o mundo sofre com as consequências de três crises interconectadas, a pandemia, o conflito na Ucrânia e o agravamento da mudança do clima. Dongobir agradeceu o apoio do governo de Cuba ao fortalecimento do sistema de saúde de Nauru e criticou o embargo dos EUA à economia cubana. A diplomata sublinhou que Nauru permanece comprometido com a Agenda 2030 e com o Acordo de Paris sobre o clima, mas que o fenômeno continua a "devastar nosso planeta", e que a comunidade internacional não estaria adotando as medidas necessárias para conter seu agravamento.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 80, o país teve uma das maiores rendas per capita do mundo devido à produção de fosfato. Desde os anos 1990, no entanto, com a exaustão das reservas, o país vem tentando criar outras fontes de renda tais como licenças de pesca e turismo.

Nauru é membro do Acordo de 1982 que leva seu nome e tem por objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso de Nauru, 28% das receitas governamentais em 2016 (última informação disponível) eram provenientes dessas licenças.

Com PIB (PPP) estimado em US\$ 152 milhões em 2019, Nauru é uma das menores economias do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade (turismo), seguido da indústria (minério de fosfato e derivados do coco) e agricultura (coco).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	